



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004937-82.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **EDIR MARCOS ZUCOLOTO**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que é proprietário de imóvel que especificou, o qual permaneceu desabitado por muito tempo, de sorte que as faturas de energia elétrica eram emitidas pela média de consumo porque seria de difícil acesso o local em que o respectivo medidor está instalado.

Alegou ainda que para resolver o problema colocou outro poste em lugar de fácil acesso à ré, mas ela não diligenciou a remoção do medidor para ele.

O relato exordial deixa claro que o autor mesmo não concordando com o critério empregado pela ré para a emissão das faturas de energia elétrica do imóvel em apreço não as questionou.

Ele busca com a ação apenas o cumprimento de obrigação de fazer por parte da ré consistente em retirar o relógio medidor de onde está para o novo poste que instalou no imóvel (o que viabilizará sua leitura mensal porque tal poste se encontra em lugar de fácil acesso).

A ré em contestação, especificamente sobre o assunto que constitui o objeto da ação, asseverou que não discorda de sua obrigação, desde que atendida a exigência de seu acesso (fl. 12).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ora, a ré não detalhou com a necessária precisão por qual motivo concreto já não promoveu a instalação do medidor de energia no poste afixado pelo autor, mas de qualquer sorte isso não assume maior relevância porque a obrigação de fazer posta a análise não foi refutada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em, no prazo máximo de dez dias, agendar data e horário com o autor para efetuar a retirada do relógio medidor tratado nos autos do lugar em que se encontra e instalá-lo no poste apropriado para tanto, o que deverá ser implementado no máximo nos trinta dias consecutivos, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**